



Culturas Temporárias: Rentabilidade e Lucratividade na Propriedade de Alari de Dordi

Guilherme Tramontin Silveira, Maria Teresa Martingui Pacheco,
Marco Andre Pegorini, Oderson Panosso

RESUMO

A cada dia novas empresas se estabelecem no mercado brasileiro, isso significa grande evolução da economia do Brasil, e o setor primário, ou seja, o agronegócio está em destaque devido ao grande número de pessoas existentes no mundo, para alimentar. O Brasil por sua extensão territorial e área agricultável é o celeiro do mundo, sendo evidente a necessidade e o desenvolvimento da agricultura brasileira, bem como o aprimoramento de tecnologias e o melhoramento no meio rural. O objetivo do estudo será investigar se as culturas temporárias, soja, milho e trigo, em uma pequena propriedade rural, localizada na Linha Martinelli, interior do Município de Engenho Velho, RS, são rentáveis e lucrativas ao produtor. Para desenvolver o estudo, foi necessário realizar revisão teórica nos principais conceitos de custos e receitas, sendo o pilar sustentador a Contabilidade de Custos, classificar devidamente os custos em uma empresa rural identificará quais produtos são mais rentáveis ao futuro e sucesso da empresa. A metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica, exploratória descritiva, com abordagem do problema de forma quantitativa, com base em documentos secundários, tendo como método de apresentação o estudo de caso. Com base nos resultados, as culturas temporárias trigo, milho e soja possuem uma lucratividade de 40,69% e uma rentabilidade de 31,38% média para a safra 2013/2014. Desse modo, foi possível constatar que as culturas desenvolvidas na propriedade estudada, apresentaram-se lucrativas e rentáveis, além de proporcionar uma visão da gestão de custos ao produtor.

Palavras-chaves: Agronegócio; Agricultura; Contabilidade de Custos; Gestão Rural.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura no Brasil é peça fundamental da economia do país, com a diversificação de culturas existentes no século XXI, trouxe também forma de manejo nesse setor. A agricultura faz parte do setor primário onde se faz o cultivo da terra, gerando alimento para subsistência da população e o incentivo a exportação e comercialização.

Nesse contexto, enfatiza-se o produtor rural, o responsável pela evolução da economia. Busca-se trazer a forma de alocação dos custos de produção, e uma maneira de melhorar sua gestão no manejo das lavouras.

O produtor rural tem que desenvolver essas técnicas de gestão, para saber qual verdadeiro retorno do seu investimento em cada produto cultivado. Outra questão apontada na produção agrícola são os fenômenos climáticos que podem trazer uma frustração nas safras em desenvolvimento.

Além disso, tem-se o fator “custos da produção agrícola”, que na maioria das vezes não é dado importância, mas que é de suma relevância no objetivo de cada produtor que busca a obtenção de rendimentos, ou seja, lucratividade.

Sendo assim, projeta-se este estudo para levar ao conhecimento de Alari De Dordi, um agricultor do interior do Município de Engenho Velho-RS, um acompanhamento de suas lavouras no cultivo de grãos, da safra 2013/2014, soja, milho e trigo. Busca-se evidenciar qual seu retorno no investimento, a alocação dos custos desenvolvidos no período supracitado, na qual dar-se-á uma visão ao produtor sobre técnicas de gestão empresarial rural.

O trabalho é composto de cinco capítulos: a primeira seção apresenta a tópicos de



orientação para a realização da pesquisa; a segunda e a terceira seção, o referencial teórico; a quarta seção o estudo de caso; e, por último a conclusão.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro, para Aguiar e Pinho (1998, p. 183), surgiu no início do século XVIII, onde os portugueses ao chegarem ao Brasil, após a descoberta do ouro no século anterior, e difundiram a mão de obra escrava iniciando o sistema agrário no Brasil. Com o passar do tempo no final do século XIX, deu-se origem ao processo de diferenciação social, época esta que formou-se duas principais categorias sociais, os pequenos agricultores familiares e os agricultores patronais.

Já no século XX, o grande marco brasileiro, é a evolução do agronegócio no Brasil, que mudou a forma de pensamento dos agricultores, que em determinada época plantavam somente para consumo próprio “autossustentabilidade”, e com o passar do tempo filhos de pequenos agricultores deixam o campo em busca de oportunidade em grandes centros. Com isso mudou-se a visão dos agricultores, “de plantar para sobreviver” e sim para manter sua família que tinha no campo e filhos na cidade.

Nesse sentido, quanto mais pessoas saem do campo em busca de oportunidade na cidade, a produtividade agrícola teria por consequência ser maior, aí começou-se a visão de negócio dos produtos agrícolas produzidos. Nesse momento da história que surge o agronegócio, produtos produzidos como visão de oportunidades de negócio.

O agronegócio foi intensificado nos anos 1980 e 1990, com ganhos de produtividade, isso nos mostra que atualmente o Brasil segundo revista Globo Rural (Janeiro de 2014, p. 27), a perspectiva de produtividade para o ano de 2014 chegará próximo dos 200 milhões de toneladas de grão no País. Isso representa no Brasil um aumento de 60% a 70% em relação aos últimos dez anos, com aumento de apenas 18% da área produtiva no território nacional.

Enfatiza-se que o agronegócio atualmente é o setor em destaque, tanto em tecnologia quanto em pesquisas, para que agricultores produzam mais em um mesmo espaço, e um período de espaçamento entre o plantio e a colheita mais curto. Isso é que está proporcionando ao País bater recordes em produção de grãos, superando até os Estados Unidos nesta temporada.

2.2 ADMINISTRAÇÃO RURAL

Pode-se dizer que o produtor rural deixou de ser o cultivador para sua autossustentabilidade e sim um empreendedor rural, visando rentabilidade na propriedade, com intuito de obter resultados econômicos e financeiros.

Atualmente, no Brasil, o agronegócio é fundamental para seu desenvolvimento tornando-o estratégico para a Nação. Segundo Fernandes e Berton (2005, p. 8), “Estratégia, pode ser entendida como um meio para chegar a um fim. A estratégia não é um fim em si, mas um caminho aos métodos e recursos utilizados para chegar a um objetivo”.

Desse modo, é prudente que o produtor rural, elabore um planejamento estratégico para alcançar seus objetivos, levando em conta todas as possíveis variáveis de frustração do negócio tais como: as expectativas do mercado, a forma de se cultivar, a mão de obra ou máquinas e implementos tecnológicos. O principal desafio é o clima, que pode ocasionar prejuízos para o produtor.

Outro fator que é de suma importância no desenvolvimento da propriedade rural é



oferecer produtos de boa qualidade e um preço acessível, sendo o custo uma importante ferramenta de gestão maximizando resultados. De acordo com Crepaldi (2012, pag. 39), “a agricultura vem se desenvolvendo e produzindo cada vez mais, reduzindo custos, gerando renda e criando empregos, fornecendo, dessa forma, as bases para implantação de indústrias e visando buscar um controle econômico-financeiro mais rigoroso”. Sendo assim, a atividade agrícola é um setor de grandes riscos para o produtor rural, mas grande importância, pois se trata da geração de alimento para toda a população mundial, e também para o desenvolvimento do Brasil.

2.3 AGRICULTURA FAMILIAR

Trata-se de agricultura familiar, aquelas atividades rurais exercidas em pequenas propriedades e utiliza-se de mão de obra contratada por certo período, mas predomina a mão de obra familiar. Os autores, Souza Filho e Batalha (2005, p. 15) trazem um conceito de agricultura familiar: “a direção dos trabalhos realizados no estabelecimento deve ser feita pelo produtor rural, e a mão de obra familiar tem que ser superior à contratada, e salienta ainda que não existem limites máximos de áreas para as propriedades”.

Destaca-se pela Lei 11.326 de Julho de 2006, a qual trata do Agricultor Familiar e Empreendedor Rural Familiar é aquele que desenvolve atividades econômicas e financeiras, onde tende a seguir requisitos básicos, descritos na lei, como: não possuir propriedade rural acima de 4 módulos fiscais; utilizar mão de obra da própria familiar nas atividades econômicas da mesma; possuir maior parte da renda familiar vinda de atividades desenvolvidas no estabelecimento rural; e que dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Ainda cabe salientar que na Lei 6.746/79 – Sociedades por Ações, trata do volume em hectares para cada módulo fiscal, podendo variar de 05 à 110 hectares, levando em consideração cada região do País, e quais atividades são desenvolvidas na propriedade.

Pode-se dizer que o agricultor familiar é considerado aquela pessoa com menor poder aquisitivo e que tem um suporte diferenciado perante o governo, para que possam se manter na propriedade desenvolvendo agricultura.

2.4 CUSTOS NA ATIVIDADE AGRÍCOLA

A contabilidade de custos é coração de uma empresa, mas para isso precisa a definição da palavra “custos”, que é em primeiro momento um gasto financeiro, com intuito de atingir seus objetivos (STARK, 2007).

Custos são gastos ocorridos em um processo de transformação, com objetivo de colocar um produto ou serviço em circulação (DUTRA, 2003). Já no âmbito rural, afirma Crepaldi (2012, p. 101), “custo é gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção rural, relativos a atividade de produção.” Neste contexto, a identificação da natureza do gasto no início do processo é indispensável, para a obtenção de um custo bem apurado. O custo pode ser dividido em: quanto a apuração em: custo direto e custo indireto, e quanto a forma em: custo fixo e custo variável.

Custo direto: custo direto é que pode ser diretamente apropriados a cada tipo de bem ou órgão no momento de sua ocorrência, a cada tipo de bem ou função de custo (DUTRA, 2003).

Custo indireto: Para Stark (2007, p. 53), “os custos indiretos são aqueles que ocorrem genericamente em um grupo de atividades ou departamentos, nas empresas em geral, sem possibilidade de apropriação direta em cada uma das funções de acumulação de custos”.

Custo fixo: Considera-se custos fixos aqueles incorridos no mês, cujo seu valor



mantém estável por certo período (STARK, 2007).

Custo variável: Entende-se por custo variável, os gastos ocorridos no período de formação dos produtos, que sofrem oscilações conforme o seu volume de produção. Segundo Stark (2007, p. 54), “custo é denominado variável se o total variar em proporção direta ao volume de produção”.

Despesa: Considera-se despesa tudo aquilo que não faz parte da produção, mas são necessários para que um produto seja exposto ao consumidor, a fim de obter resultado financeiro (CREPALDI, 2012).

Receita: Pode-se dizer que receita é o valor ganho por determinado produto que foi vendido (DUTRA, 2003).

Investimento: É o gasto com um bem ou serviço ativado em função de sua vida útil ou benefícios atribuíveis a períodos futuros (CREPALDI, 2012).

Depreciação: É dada pela perda do valor econômico contábil para a empresa, de um bem, devido ao uso e seu desgaste (SANTOS, 2011).

2.5 CUSTEIO DIRETO OU VARIÁVEL

O custeio direto ou variável, é realizado no Brasil, somente para fins de gerenciamento nas empresas, não é aceito para elaboração de balanço patrimonial e demonstrações de resultados. Desse modo, Santos (2011, p. 79) assevera que, o “custo variável apropriam-se aos produtos, mercadorias e serviços apenas os custos variáveis e os demais custos relacionados e necessários para manter a capacidade instalada, devem ser tratados como de período indo diretamente para o resultado”. Pode-se dizer que este método de apuração de custos é o mais utilizado na gestão estratégica de curto prazo das empresas em geral.

2.6 MARGEM DE CONTRIBUIÇÃO

Entende-se como Margem de Contribuição, a parcela que cada produto fabricado tem em relação ao preço de venda diminuindo todos os custos e despesas variáveis, por consequência o saldo tem que ser positivo, para que a empresa possa diluir este saldo entre os custos fixos que a empresa gera em um determinado período. Desse modo Perez Junior, Oliveira e Costa (2006, p. 199) conceituam que margem de contribuição é de “extrema importância para o custeio variável e para tomada de decisões gerenciais. Em termos de produtos a margem de contribuição é a diferença entre o preço de venda e a soma dos custos e despesas variáveis”.

2.7 PONTO DE EQUILÍBRIO

Ponto de equilíbrio, tanto na área rural ou em empresas em geral é o momento em que se estabelece o ponto de corte, onde a empresa vende seu produto, cobre todos seus custos de produção e despesas em geral e não obtém lucro. Ou seja, é o ponto em que não se tem nem lucro e nem prejuízo. Desse modo, Crepaldi (2012, p. 173) argumenta que “o ponto de equilíbrio é aquele momento em que a empresa rural atinge um volume de vendas que lhe permite cobrir seus custos operacionais, sem lucro nem prejuízo”.

2.8 FLUXO DE CAIXA

O fluxo de caixa é desenvolvido para identificar necessidade ou sobras de recursos num determinado período de valores em caixa. Para Crepaldi (2012, p. 313) “o Fluxo de



Caixa é a relação das entradas e saídas de recursos financeiros em determinado período, visando prever a necessidade de captar empréstimos ou aplicar excedentes de caixa nas operações mais rentáveis.” Desse modo pode-se dizer que o fluxo de caixa analisa todas as receitas provenientes de uma venda e confronta com as despesas pagas no período, sendo que o fluxo de caixa pode ser diário ou no caso de empresas rurais até semanalmente, isso depende da necessidade do setor em que é elaborado.

3 METODOLOGIA

A metodologia de pesquisa caracteriza-se pela proposta de discutir e avaliar atributos essenciais da ciência e de outras formas de conhecimento e abordagens (GUTH e PINTO, 2007). Aplica-se um método de pesquisa, para que o leitor tenha uma visão geral do trabalho como um planejamento, dentro da ética para formação de relatórios e uma padronização dos trabalhos científicos. Este estudo busca identificar a rentabilidade e a lucratividade da cultura temporária, milho, soja e trigo na propriedade de Alari de Dordi na safra 2013/2014, onde foram analisadas as notas fiscais e outros documentos relativos aos custos na produção. Para o desenvolvimento do estudo foi utilizada pesquisa bibliográfica, exploratória e documental (GIL, 2010). Os dados coletados serão de caráter quantitativo e qualitativo. Também, foram desenvolvidas planilhas eletrônicas, para o controle dos custos de cada cultura, afim de, conhecer o ponto de equilíbrio e a margem de contribuição de cada cultivar. Com este processo chegar-se-á na evidenciação do lucro ou prejuízo das culturas desenvolvidas no período pelo produtor rural objeto de estudo.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA PROPRIEDADE DE ALARI DE DORDI

A fazenda está localizada na Linha Martinelli, interior de Engenho Velho/RS, com área total de 41,4 hectares, sendo que o total de plantio é 33,0 hectares e o restante da propriedade é ocupado por benfeitorias, matas, árvores frutíferas, parreiras, estradas e açudes.

A propriedade é da família há aproximadamente 64 anos, foi adquirida pelo pai do atual proprietário. Atualmente o senhor Alari vive com a esposa e um de seus filhos (homem) portador de necessidades especiais, sendo que as três mulheres estão formadas, uma em psicologia e as outras duas professoras de biologia e letras respectivamente, todas nascidas e criadas na propriedade. Devido ao fato de somente o proprietário e sua esposa conseguirem desenvolver os trabalhos da lavoura, houve necessidade de modernização na fazenda, tendo que fazer aquisições de maquinários e implementos agrícolas modernizados para se manter no mercado do agronegócio. Diante disso, no ano de safras 2013/2014 foi acompanhado este processo para trazer ao proprietário noções de alocação de custos e práticas de administração rural nas culturas de inverno e verão.

Para as culturas de inverno foram utilizadas 23 hectares de plantio de trigo, 5 hectares de aveia para recuperação do solo e 5 hectares não cultivados no período. Já nas culturas de verão foram utilizadas a totalidade de hectares cultiváveis, sendo 28 hectares de plantio de soja e 5 hectares de cultivo do milho. Toda a produção de grãos gerada na propriedade é entregue em cooperativas da região onde o dono é cadastrado para posterior comercialização. Os rendimentos são variáveis de ano a ano, pois dependem do clima, do preparo do solo (adubação e tratamento correto) e de uma rotação de culturas em determinadas épocas, para assim evidenciar bons resultados.

A atividade agrícola é o carro chefe da sustentabilidade da família e capitação de



recursos para novos investimentos na propriedade.

4.1.1 Processo de condução das lavouras na propriedade (por cultura)

Esta parte do estudo constitui a fase da elaboração prática do trabalho com o levantamento de todos os custos desenvolvidos no processo de cultivo das culturas temporárias do trigo, da aveia, do milho e da soja, ou seja; culturas de verão e inverno, tendo ano base 2013/2014. Foram elencados todos os gastos ocorridos no período de maio de 2013 com o plantio do trigo e da aveia, sendo a aveia somente para cobertura de solo e termino com a colheita do milho e da soja, em abril de 2014.

4.1.2 Processo de produção da cultura do trigo

No desenvolvimento da cultura do trigo, o plantio da propriedade em estudo é o plantio direto, com o uso de adubos químicos e agrotóxicos para a evolução da planta. Foram utilizados 23,0 hectares para o ciclo desta cultura. Os dados evidenciados são de 2013. O plantio ocorreu entre a última semana do mês de maio e primeira semana do mês de junho de 2013, sendo a colheita efetuada na primeira quinzena do mês de novembro do mesmo ano.

O processo inicia na definição da área a ser plantada, quais os tipos de sementes e quantidade de adubo a aplicar em cada hectare. Após é realizado dessecação com herbicida e fungicida para o combate às ervas daninha e outras pragas com a utilização do trator e pulverizador. Entre o tempo de dessecação e o plantio, cerca de 12 dias, acontece o preparo da semente que já vem tratada industrialmente, no combate a insetos, corro e pulgão. O plantio foi desenvolvido na forma de plantio direto com a semente e o adubo aplicados na mesma hora. Decorridos 20 dias foi aplicado outro tratamento com herbicidas e óleo mineral para combate à ervas daninhas e outras pragas. Também houve a aplicação de duas coberturas de nitrogênio (ureia), no período da safra em destaque, sendo passadas com 30 e 60 dias após o plantio com a utilização do trator e lance. Com cerca de 70 a 80 dias o trigo começa a cachar, período esse em que a planta precisa de tratamento foliar a base de fungicida para manter a planta em constante desenvolvimento e combater doenças fúngicas, no entanto, foram aplicados 4 tratamentos foliares na safra, com auxílio de máquinas agrícolas (trator e pulverizador), sendo que, o intervalo de um tratamento e outro são em média de 20 dias, dependendo do tempo de reação do produto e análise do desenvolvimento da planta. Sendo assim, após o último tratamento foliar que é de 120 dias após o plantio, espera-se o melhor momento para começar a colheita, onde se analisa a forma do grão e a umidade adequada para que o produto obtenha melhor valor no mercado. Com o produto maduro e em condições é realizada a colheita com a colheitadeira e o transporte é efetuado com caminhão, ambos com recursos próprios, até a cooperativa na qual é feita a secagem, limpeza do grão e armazenagem até o melhor momento de venda do produto.

4.1.3 Processo de produção da cultura do milho

Na cultura do milho utiliza-se o mesmo sistema das outras culturas, com a plantação no sistema de plantio direto, com uso de adubos químicos e agrotóxicos para sua produção, e a área plantada foi 5,0 hectares, as quais foram dessecadas a cultura da aveia para cobertura do solo. Os dados adquiridos são de 2013/2014. A plantação ocorreu na 1º quinzena do mês de setembro de 2013 e a colheita da mesma ocorreu na 1º quinzena do mês de fevereiro de 2014. O processo de produção e evolução da cultura do milho, na qual se definiu quantidade de área a ser plantada, a tipicidade da semente, a quantidade e o tipo de adubação no processo.



Na sequência foi dessecada a área com herbicida no combate a ervas daninha e outras pragas infectosas. Esse processo foi desenvolvido com auxílio do trator e pulverizador. Posterior, foi começado o plantio da safra do milho, onde o preparo da semente deu-se no processo industrial, e no momento do plantio foi desenvolvido de forma direta ao solo com a semente e adubos na mesma hora. Posterior ao plantio, 30 dias, foi aplicado outro tratamento com herbicida, também ao combate à ervas daninhas. Após 5 dias desse tratamento que foi aplicado com o trator e lance, a 1º aplicação de nitrogênio (ureia), e a 2º aplicação de nitrogênio deu-se 22 dia após a 1º aplicação, com a planta já com aproximadamente 1,5 mês do plantio até a última aplicação de nitrogênio. Evidencia-se que este foi o último processo desenvolvido na lavoura, ficando no aguardo do desenvolvimento da planta até seu processo de amadurecimento, chegando na umidade adequada para sua colheita. A colheita deu-se com a colheitadeira e o transporte com caminhão utilizando apenas recursos próprios até a cooperativa para a limpeza do grão, armazenagem e posterior análise do melhor momento de venda do produto.

4.1.4 Processo de produção da cultura da soja

Na cultura da soja, a forma de plantio é o plantio direto mecanizado, utilizaram-se adubos químicos e agrotóxicos nesta safra. Os dados são da safra 2013/2014. Foram utilizados 28,0 hectares para o desenvolvimento da cultura. As sementes utilizadas no plantio são transgênicas. A plantação ocorreu na primeira semana do mês de novembro de 2013 e a colheita foi realizada durante o mês de março de 2014. O processo de desenvolvimento da safra da soja, onde primeiro definiu-se a área a ser plantada, quais as qualidades de sementes iriam ser utilizadas, a quantidade e a adubação. O próximo passo foi a dessecação da área a ser plantada “práticas de manejo”, com a utilização de máquinas e implementos agrícolas para o combate a ervas daninha, deixando a terra livre de inços e pronta para o plantio. Depois desse processo as sementes adquiridas da indústria, sendo que parte destas são resistentes a lagarta e pragas infectosas. O processo de plantio ocorreu na primeira semana de novembro de 2013, onde é posto a semente e adubos na mesma hora com utilização do trator e máquinas de plantio direto de recursos do próprio agricultor. Decorridos 25 dias de germinação foi aplicado o primeiro tratamento com fungicida, inseticida e herbicida, onde nesse tratamento se combate as ervas daninhas e é feita a prevenção de lagartas da soja e fungos na planta. Num lapso de 25 dias novamente foi aplicado o 2º tratamento com outra remeça de inseticida e fungicida, também no combate a fungos e pragas desenvolvidas na lavoura. E, por fim, foi aplicado o 3º e último tratamento na lavoura em meados de fevereiro de 2014, onde foi aplicado novamente fungicida, herbicida, inseticida e adubo foliar. Todos aplicados com auxílio do trator e pulverizador, para o combate à ervas daninhas, pragas, fungos e adubos foliar para ciclo final de cultura. Passado um período de 120 a 130 dias aproximadamente do plantio até início da colheita, considera-se a planta madura quando, faz-se o teste de umidade adequado, daí espera-se o melhor momento para fazer a colheita. No entanto a colheita é feita a partir da segunda semana do mês de março e término na última semana do decorrente mês, devido a chuvas no período e plantas com umidades altas. O transporte e a colheita são feito com recursos próprios até as cooperativas, onde é feita limpeza, secagem e armazenagem do grão até o melhor momento de venda do produto.

4.2 ANÁLISE ECONÔMICA DA PROPRIEDADE

O custo com mão de obra, realizada entre os meses de maio de 2013 a abril de 2014, na propriedade rural é composta pelo proprietário e pela sua esposa no processo de condução



da lavoura. Para saber qual o valor do custo hora desenvolvido na lavoura, já que o agricultor não tem mão de obra contratada, foi estipulado um salário mínimo nacional de R\$724,00 (setecentos e vinte quatro reais), um para proprietário e outro para sua esposa, sendo que foi apurado todos os encargos incidentes para a categoria, chegando a um total de R\$ 2.261,39 para remuneração dos proprietários. Para chegar no valor do custo hora das duas pessoas, foi feito o seguinte cálculo: $R\$2.261,39 / 220 \text{ h} = R\$10,28 / \text{hora}$ trabalhada de 2 pessoas. Portanto, foram apuradas as horas de efetivo serviço na lavoura. Abaixo, quadro 1 com a relação de horas apuradas de mão de obra em cada cultura.

Quadro 1- Custo de mão de obra por cultura e hectares

Cultura	Nº Horas Trabalhadas	Custo Hora (2 Pessoas)	Custo Total	Nº de Hectares	Custo p/ Hectares
Trigo	130	R\$ 10,28	R\$ 1.336,28	23	R\$ 58,10
Milho e Aveia	48	R\$ 10,28	R\$ 493,39	5	R\$ 98,68
Soja	143	R\$ 10,28	R\$ 1.469,90	28	R\$ 52,50

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

O quadro 1 representa o custo de mão de obra apurado conforme as horas que foram apuradas em cada cultura, sendo que no trigo foram 130 horas de serviço na safra com um custo hora de R\$5,14/pessoa, chegando a custo total de R\$1.336,28, divide-se este valor pelas 23 hectares plantadas no período chega-se ao custo/há de R\$58,10. Na cultura do milho e aveia foram apuradas 48 horas de serviço na safra, considerando o mesmo custo hora por pessoa chega-se a um custo total de R\$493,39, divide-se por 5 hectares que foi plantada de milho, dá um custo/há de R\$98,68. Cabe salientar que na cultura do milho a mão de obra está maior devido o plantio da aveia que foi somente para cobertura de solo antes do plantio do milho. Já na safra da soja apurou-se 143 horas de efetivo serviço na lavoura considerando o custo hora apurado anteriormente chega-se no custo total de R\$1.469,90, diluído nos 28 hectares plantados chega-se no custo de R\$52,50/ha. Pode-se dizer que estes valores com mão de obra fogem um pouco da realidade que o mercado oferece, mas como o agricultor não dispunha de mão de obra contratada e que o interesse do proprietário é o lucro. Utilizou-se somente o critério de horas efetivamente empregadas na lavoura, desconsiderando o valor total que seria gasto no ano com mão de obra que seria de R\$ 27.136,68.

4.2.1 Apuração dos custos com insumos por cultura

Neste item demonstrar-se-á, os custos variáveis apurados em cada cultura no decorrer no período em estudo na propriedade, sendo que estes insumos são necessários para o melhor desenvolvimento das plantas para obter bons resultados em suas colheitas. A aquisição dos insumos é feita pelo proprietário que faz uma pesquisa de preços no mercado antes da compra. Na sequência o quadro 2 demonstra os gastos com insumos em cada cultura pesquisada.



Quadro 2 - Valor de insumos utilizados e custo por hectare no trigo

Safra Trigo			
Custo de produção	Total	Nº Hectares	Custo p/ Hectare
Defensivos agrícolas	R\$ 7.813,86	23	R\$ 339,73
Adubo químico	R\$ 7.039,00	23	R\$ 306,04
Ureia	R\$ 5.700,00	23	R\$ 247,83
Sementes	R\$ 4.296,00	23	R\$ 186,78
Óleo diesel	R\$ 2.765,98	23	R\$ 120,26
Total	R\$ 27.614,84	23	R\$ 1.200,65

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

No quadro 2, tem-se a relação de todos os gastos incorrido na safra do trigo, que são convertidos em custo do período, chegam na soma dos custos com defensivos agrícolas, adubo químico, ureia, sementes e óleo diesel à R\$ 27.614,84 dando um custo por hectare de R\$1.200,65. Na sequência apresenta-se o quadro 3 os custos com insumos utilizados na cultura da aveia e do milho.

Quadro 3 - Valor de insumos utilizados e custo por hectare na aveia e milho

Safra Aveia e Milho			
Custo de produção	Total	Nº Hectares	Custo p/ Hectare
Defensivos agrícolas	R\$ 1.305,40	5	R\$ 261,08
Adubo químico	R\$ 2.980,50	5	R\$ 596,10
Ureia	R\$ 2.404,50	5	R\$ 480,90
Sementes	R\$ 2.589,70	5	R\$ 517,94
Óleo diesel	R\$ 892,60	5	R\$ 178,52
Total	R\$ 10.172,70	5	R\$ 2.034,54

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

No quadro 3, tem-se a relação de todos os gastos incorrido na safra do milho, que são convertidos em custo do período chegam na soma dos custos com defensivos agrícolas, adubo químico, ureia, sementes e óleo diesel à R\$10.172,70 dando um custo por hectare de R\$2.034,54. Pode-se dizer que o custo por hectare do milho deu elevado devido aos gastos ocorrido com o plantio da aveia que foi somente para cobertura do solo, e este custo com insumos chegou a um total de R\$1.312,93 dando um custo por hectare de R\$262,59 de custo para aveia. Se considerar os R\$10.172,70 menos o custo dos insumos da aveia, daria um total de R\$8.859,77 que seria o custo real da plantação do milho, sendo o novo custo por hectare de R\$1.771,95. Ademais, o custo do plantio da aveia foi especificado que era somente para cobertura do solo para desenvolvimento do milho, considerou-se todo o custo da aveia na cultura do milho. Finalmente, apresenta-se o quadro 4 com os custos e insumos utilizados na cultura da soja.



Quadro 4 - Valor de insumos utilizados e custo por hectare da soja

Safrá Soja			
Custo de produção	Total	Nº Hectares	Custo p/ Hectare
Defensivos agrícolas	R\$ 11.799,44	28	R\$ 421,41
Adubo químico	R\$ 6.840,00	28	R\$ 244,29
Ureia	R\$ -	28	R\$ -
Sementes	R\$ 3.360,00	28	R\$ 120,00
Óleo diesel	R\$ 3.377,37	28	R\$ 120,62
Total	R\$ 25.376,81	28	R\$ 906,31

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

No quadro 4, tem-se a relação de todos os gastos incorrido na safra da soja, que são convertidos em custo do período chegam na soma dos custos com defensivos agrícolas, adubo químico, ureia, sementes e óleo diesel à R\$25.376,81 dando um custo por hectare de R\$906,31. Destaca-se que na cultura da soja e do trigo os gastos com defensivos agrícolas são responsáveis pelo maior custo por ha plantado, R\$421,41 e R\$339,73, respectivamente. Já na cultura do milho o destaque foi os adubos químicos que representaram um custo de R\$596,10/ha plantado, na aveia representa R\$67,02/ha do custo total apurado na cultura do milho.

4.2.2 Apuração dos custos com depreciação

A depreciação, é uma perda estimada do valor do bem utilizados na produção agrícola, seja pelo desgaste pelo uso ou pela ação do tempo, que faz o bem ter uma vida útil seja em horas trabalhadas e/ou anos. Dessa forma, foi realizado o levantamento físico dos equipamentos existente na propriedade bem como seu valor atualizado e o valor apurado de depreciação no período em estudo. O valor apurado de R\$ 20.206,67, corresponde ao valor total de depreciação do ano. Para o método de apuração foram utilizados dois critérios conforme Marion (2012), duração estimadas em anos e relação estimada entre vida útil em horas. Para o trator, colheitadeira e plantadeira, respectivamente, foram utilizados critérios de depreciação estimados em horas máquinas conforme dados obtidos no ano. Já, para os demais, utilizado o critério de duração média em anos. O critério de rateio, utilizado para agregar uma parcela de depreciação em cada cultura que foi desenvolvida no período: o trator, a colheitadeira e a plantadeira foram utilizados o critério de horas trabalhadas, 191H, 84H e 86,5H, respectivamente. O trator trabalhou no ano em todas as culturas 191H que apuradas em cada cultura chegou-se a 76H trabalhadas na safra do trigo, 29H na safra do milho e aveia e 86H na safra da soja, chegou-se a um custo total de R\$1.548,52 para trigo, R\$590,88 para milho e aveia e R\$1.752,27 para a soja. Já, para os outros equipamentos agrícolas, utilizou-se o critério da soma dos hectares plantados, sendo 23,0ha de trigo, 5,0ha de milho (aveia somente cobertura de solo para o milho) e 28,0ha de soja, juntos chega-se ao total de 56,0ha. Assim, valor de depreciação total para a cultura do trigo que foi de R\$7.580,68, na cultura do milho chegou-se a R\$2.419,69 e na cultura da soja chegou-se a R\$10.206,30. Cabe salientar que este critério de rateio foi a melhor forma de apropriação encontrada para dispor uma igualdade na diluição dos custos com depreciação.

4.2.3 Levantamento dos custos indiretos de fabricação

Os custos indiretos de fabricação são todos os gastos que foram identificados no período em estudo, onde não é possível a mensuração dos custos em cada cultura, sendo



necessário utilizar critério de rateio para alocação dos custos em cada cultura desenvolvida na propriedade (Quadro 5).

Quadro 1 - Mapa de custos indiretos de fabricação

Mapa de Custos Indiretos de Fabricação	
Descrição	R\$
Gastos com óleo, filtro e gastos gerais no caminhão	R\$ 970,00
Gastos com óleo, filtro e gastos gerais na colheitadeira	R\$ 1.777,78
Gastos com óleo, filtro e gastos gerais no trator	R\$ 3.260,00
Gastos com óleo, filtro e gastos gerais na F-1000	R\$ 360,00
Outros Gastos com Efeito para Todas as Culturas	R\$ 350,21
Imposto Territorial Rural(ITR)	R\$ 79,00
Certificado Cadastro De Imovel Rural- CCIR	R\$ 17,30
IPVA-2014 Caminhão	R\$ 156,23
IPVA-2014 Camionete F-1000	R\$ 151,50
Total dos Custos Indiretos de Fabricação	R\$ 7.122,02

Fonte: Elaborado pelos autores, conforme dados da pesquisa.

No quadro 5 está demonstrado todos os gastos incorridos no período do ano em estudo, sendo os gastos com energia elétrica e água não teve no período, é irrelevante não tendo forma de mensuração de valores por ser em conjunto com a área de lazer. Já a água utilizada para os tratamentos, é utilizada água dos açudes existente na propriedade. No entanto, o valor de R\$7.122,02, para saber quanto cada cultura irá adquirir em parcela deste custo utilizou-se o critério da proporcionalidade de participação dos custos totais variáveis (R\$ 66.463,92), em cada lavoura, ou seja, para a soja (R\$ 26.846,71=40%), para o milho (R\$ 10.666,10 = 16%), para o trigo (R\$ 28.951,11=44%). Sendo assim, para a safra da soja o CIF representou R\$2.876,79, para o milho e aveia o CIF representou R\$1.142,94, e no trigo o CIF representou R\$3.122,02, chega-se no montante de R\$7.122,02.

Ainda, a propriedade teve gastos que são considerados CIF, porém tem uma durabilidade por mais de uma safra, chamados Custos Diferidos. Para tanto, como custo diferido foi gasto R\$8.565,00, com calcário, manutenção da colheitadeira e manutenção do caminhão, foi estipulado 4 anos de durabilidade para o calcário, a manutenção e recapagem de pneu 2 anos (conforme orientação do proprietário). Realizado o diferimento, chegou-se a um custo no ano de R\$2.249,75, resultado este que compõe o custo na lavoura. Utilizando-se o mesmo critério apresentado no parágrafo anterior, chegou-se a R\$ 908,74 de custo diferido para cultura da soja, R\$ 361,04 para cultura do milho e aveia e R\$ 979,97 para cultura do trigo. Os gastos com a assistência técnica o produtor não teve, pois é sócio da cooperativa a qual comercializa seus produtos presta assistência sem custo ao produtor.

4.2.4 Levantamento despesas (juros) com custeio agrícola

Os juros incorridos no período com financiamentos adquiridos pelo produtor rural para o plantio de suas culturas. O gasto ocorrido com custeio agrícola para todas as safras foi de R\$ 4.234,32, sendo na safra do trigo um total de R\$1.826,67 distribuídos entre juros pagos, seguro de vida e projeto. Já na safra do milho o total de custeio foi de R\$501,62, também distribuídos entre juros pagos, seguro de vida e projeto. E, finalizando o custeio da soja chegou-se a total de R\$1.906,03 distribuídos entre juros pagos, seguro de vida e projetos. Ressalva que no plantio da aveia não teve custeio agrícola todos os gastos ocorridos na aveia



foi de recursos próprios do agricultor.

4.2.5 Custo de produção na lavoura

A tabela 1 mostra o mapa dos custos de produção. E detalhe a quantidade produzida de trigo, milho e soja, bem como o lucro de R\$ 68.782,82 na soma de todas as culturas.

Tabela 1 – Mapa do custo de produção

Mapa do Custo de Produção				
Descrição dos Gastos	Trigo	Milho/Aveia	Soja	TOTAL
Período	15/05 a 01/11/2013	19/04 a 12/02/2014	05/11 a 09/03/2014	
Quantidade de hectares plantado	23	5	28	56
Produtividade sacos p/hectare	61	169	60	290
Total de quilos colhidos	84.500,000	50.810,000	100.204,000	235.514,000
(-) Total da perda (impureza e umidade)	5.601,000	4.615,000	1.466,000	11.682,000
(=) Total de quilos disponível p/venda	78.899,000	46.195,000	98.738,000	223.832,000
Total do custo de produção	42.440,72	15.091,38	42.744,57	100.276,67
Custo total por hectare	1.845,25	3.018,28	1.526,59	1.790,65
Custo p/Saco/60Kg colhido	R\$ 30,14	R\$ 17,82	R\$ 25,59	
Custo p/Saco/60Kg disponível p/venda	R\$ 32,27	R\$ 19,60	R\$ 25,97	
(=) Custo da perda no processo p/ saco	R\$ 2,14	R\$ 1,78	R\$ 0,38	
Preço de venda do trigo	R\$ 38,29	R\$ 24,50	R\$ 63,09	
(=) Ganho do produtor	R\$ 6,01	R\$ 4,90	R\$ 37,12	
(=) Lucro Bruto	R\$ 7.908,65	R\$ 3.771,58	R\$ 61.082,51	R\$ 72.762,74
(-) INSS Rural	R\$ 1.158,04	R\$ 433,85	R\$ 2.388,02	R\$ 3.979,91
(=) Lucro Operacional	R\$ 6.750,61	R\$ 3.337,73	R\$ 58.694,48	R\$ 68.782,82

Fonte: Elaborado pelos autores com base na pesquisa.

4.2.6 Demonstração do custo de cada lavoura pelo método de custeio variável

A tabela 2 mostra a apuração do custo pelo método de custeio variável que visa apenas os custos variáveis diretos e indiretos conforme volume de produção.



Tabela 1 - Demonstração de resultado pelo método de custeio variável (direto)

Demonstração de Resultado - Método de Custeio Variável (Direto)				
Natureza dos Gastos	Trigo	Milho/Aveia (*)	Soja	Total
Período	15/05 a 01/11/2013	19/04 a 12/02/2014	05/11 a 09/03/2014	
Quantidade de sacos colhido/vendido	1.315	770	1.646	
Receita Bruta de Produtos	R\$ 50.349,37	R\$ 18.862,96	R\$ 103.827,08	R\$ 173.039,41
(-) INSS Rural	R\$ 1.158,04	R\$ 433,85	R\$ 2.388,02	R\$ 3.979,91
(=) Receita Líquida	R\$ 49.191,33	R\$ 18.429,11	R\$ 101.439,06	R\$ 169.059,50
(-) Custos Variáveis Diretos	R\$ 28.951,11	R\$ 10.666,10	R\$ 26.846,71	R\$ 66.463,92
(-) Custos Variáveis Indiretos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Despesas Variáveis Operacionais	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(=) Margem de Contribuição	R\$ 20.240,22	R\$ 7.763,02	R\$ 74.592,35	R\$ 102.595,58
(-) Custos Fixos com Depreciação	R\$ 7.580,68	R\$ 2.419,69	R\$ 10.206,30	R\$ 20.206,67
(-) Custos Fixos Operacionais Indiretos	R\$ 4.082,26	R\$ 1.503,98	R\$ 3.785,53	R\$ 9.371,77
(-) Despesas Custeio Agrícola(juros, seguro de vida e Projeto de Assistência Técnica)	R\$ 1.826,67	R\$ 501,62	R\$ 1.906,03	R\$ 4.234,32
(=) Lucro Operacional	R\$ 6.750,61	R\$ 3.337,73	R\$ 58.694,48	R\$ 68.782,82

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

Na tabela 2, o objetivo principal é saber qual a margem de contribuição que cada cultura disponibiliza para diluir seus custos fixos do período. Para isso identificamos que a margem de contribuição do período é para o trigo de R\$20.240,22, para o milho R\$7.763,02 e para soja R\$74.592,35 dando uma MC total de R\$102.595,58. Ainda, deduzidas todos os custos e despesas fixas o produtor teve um lucro operacional de R\$ 68.782,82.

4.2.7 Índice de lucratividade

Este índice é analisado para saber qual o % do lucro sobre a receita líquida da atividade operacional. Padoveze e Benedicto (2011, p. 119), trazem que “Lucratividade e margem podem ser consideradas como sinônimas. Representam o lucro obtido em relação ao valor de vendas”. Para se obter a lucratividade basta dividir o Lucro operacional pela Receita operacional e multiplicar por 100. A tabela 3 mostra o cálculo do produtor estudado.

Tabela 2- Índice de Lucratividade

Descrição dos Índices	Índice de Lucratividade			
	Cultura			
	Trigo	Aveia Milho	Soja	Total
Receita Líquida	49.191,33	18.429,11	101.439,06	169.059,50
Lucro Líquido	6.750,61	3.337,73	58.694,48	68.782,82
% de Lucro s/ Receita	13,72%	18,11%	57,86%	40,69%

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

Sendo assim o trigo traz 13,72% de lucratividade, já o milho apresentou 18,11%, e, a soja representa 57,86% de lucratividade. E, para finalizar faz-se um extrato geral do estudo evidenciando 40,69% do lucro s/ receita líquida.



4.2.8 Índice de rentabilidade

Para Padoveze e Benedicto (2011.p 121), “A rentabilidade relaciona o lucro obtido com investimento feito ou existente. O objetivo da rentabilidade é determinar o retorno do investimento”. Para se encontrar a rentabilidade divide-se o Lucro Operacional pelo Ativo Operacional (Investimento) e multiplica-se o resultado por 100. A tabela 4 traz o % do lucro.

Tabela 3- Índice de Rentabilidade

Descrição dos Índices	Índice de Rentabilidade			
	Cultura			
	Trigo	Aveia Milho	Soja	Total
Investimentos	219.175,00	219.175,00	219.175,00	219.175,00
Lucro Líquido	6.750,61	3.337,73	58.694,48	68.782,82
% de Lucro s/ Investimento	3,08%	1,52%	26,78%	31,38%

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

Na tabela 4 identifica-se o índice de rentabilidade do período. O trigo deixa 3,08% de rentabilidade, o milho 1,52% e a soja 26,78%. E, no encerramento total do exercício chegou-se a 31,38%. Sendo este índice, base para gestão da propriedade.

4.2.9 Ponto de equilíbrio

O ponto de equilíbrio é apurado para se saber qual o ponto de corte da propriedade, ou seja, ponto em que a propriedade não tem lucro e nem prejuízo no ciclo das culturas (Quadro 7).

Quadro 7 - Ponto de equilíbrio em unidade e R\$

Ponto Equilíbrio Por Cultura				
Cultura	Custo Fixo Total	Margem de Contribuição Unitária	Ponto de Equilíbrio em Sacas	Ponto de Equilíbrio em R\$
Trigo	R\$ 13.489,61	R\$ 15,39	876	R\$ 32.784,81
Milho	R\$ 4.425,29	R\$ 10,08	439	R\$ 10.505,47
Soja	R\$ 15.897,86	R\$ 45,33	351	R\$ 21.619,70
Ponto Equilíbrio Total				R\$ 64.909,98

Fonte: Elaborado pelo autor conforme dados da pesquisa.

O quadro 7 mostra o ponto de corte para a propriedade não ter lucro nem prejuízo neste ano da pesquisa, ficou em 876/sc para o trigo, e R\$32.784,81, para o milho 439/sc, e R\$10.505,47 e para soja 351/sc, e R\$21.619,70, são receitas para cobrir os custos fixos gerados no ano da pesquisa.

4.2.10 Margem de contribuição total e unitária

A margem de contribuição é realizada para o produtor identificar quanto de cada saca irá contribuir para formação do lucro (Quadro 6).



Quadro 6 - Margem de contribuição unitária e total por cultura

Margem de Contribuição por Cultura					
Cultura	Preço de venda s/ Impostos	Custo Variável	Margem de Contribuição Unitária	Quantidade Produzida	Margem de Contribuição Total
Trigo	R\$ 37,41	R\$ 22,02	R\$ 15,39	1.315	R\$ 20.240,22
Milho e Aveia	R\$ 23,94	R\$ 13,85	R\$ 10,08	770	R\$ 7.763,02
Soja	R\$ 61,64	R\$ 16,31	R\$ 45,33	1.646	R\$ 74.592,35
Total					R\$ 102.595,58

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

O quadro 6 apresenta o valor de venda por saca líquido de impostos, sendo que para o trigo temos R\$37,41/sc, no milho temos R\$23,94/sc e na soja R\$61,64/sc. No estudo da propriedade temos somente custos variáveis diretos que chegou a um custo/saca de R\$22,02, R\$13,85 e R\$16,31 para trigo milho e soja, respectivamente. Da subtração do preço de venda em relação ao custo variável temos a margem de contribuição unitária que resultou em R\$15,39/sc para o trigo, R\$10,08/sc para o milho e R\$45,33/sc para a soja, estes valores multiplicados pela quantidade vendida teremos R\$20.240,22, R\$7.763,02 e R\$74.592,35 para as culturas trigo, milho e aveia, respectivamente, isso proporcionou uma margem de contribuição total das três culturas em R\$102.595,58 esse valor é apurado para confrontar com os custos fixos do período e sabermos se o ciclo de culturas resultou em saldo positivo ou negativo no ano, ou seja, lucro ou prejuízo.

4.2.11 Fluxo de Caixa

Na tabela 5 demonstra-se o fluxo de caixa da propriedade durante o processo (ciclo) das culturas em estudo.

Tabela 4 - Demonstração do fluxo de caixa da propriedade

Fluxo de Caixa do Produtor no Período do Estudo				
Natureza dos Gastos	Trigo	Milho/Aveia (*)	Soja	Total
Período	15/05 a 01/11/2013	19/04 a 12/02/2014	05/11 a 09/03/2014	
Receita Líquida de Venda de Produtos	R\$ 49.191,33	R\$ 18.429,11	R\$ 101.439,06	R\$ 169.059,50
(-) Gastos com a condução das lavouras	R\$ 28.951,11	R\$ 10.666,10	R\$ 26.846,71	R\$ 66.463,92
(-) Gastos manutenção de equipamentos	R\$ 2.926,30	R\$ 1.078,10	R\$ 2.713,59	R\$ 6.717,99
(-) Gastos com taxas e impostos	R\$ 175,99	R\$ 64,84	R\$ 163,20	R\$ 404,03
(-) Gastos já incorridos (diferidos)	R\$ 3.730,84	R\$ 1.374,51	R\$ 3.459,65	R\$ 8.565,00
(-) Pagamento juros, projetos de assistência técnica e seguros de vida dos custeios	R\$ 1.826,67	R\$ 501,62	R\$ 1.906,03	R\$ 4.234,32
(-) Pagamento parcela financiamento	R\$ 4.368,63	R\$ 1.609,48	R\$ 4.051,08	R\$ 10.029,19
(=) Saldo em Caixa	R\$ 7.211,78	R\$ 3.134,47	R\$ 62.298,79	R\$ 72.645,04

Fonte: Elaborado pelos autores conforme dados da pesquisa.

A tabela 5 traz o saldo em caixa da propriedade no final do ciclo das culturas em estudo. Apurou-se R\$169.059,50 de receita líquida no período, sendo R\$49.191,33 para trigo, R\$18.429,11 para milho e R\$101.439,06 para soja, desse valor total de receita líquida foram gastos no período R\$66.463,92 para a condução das lavouras, distribuídos no trigo R\$28.951,11, no milho R\$10.666,10 e na soja R\$ 26.846,71. Também foi gasto R\$6.717,99 em manutenção de equipamentos, mais R\$404,03 entre impostos e taxas, os gastos com diferidos somaram R\$8.565,00, os gastos com custeio agrícola somou-se R\$4.234,32, e para finalizar buscamos a parcela de financiamento do trator que é R\$10.029,19 (ano 2014),



tirando todos os gastos do período chegou-se no saldo positivo de caixa no valor de R\$72.645,04 na safra 2013/2014. Cabe salientar que o agricultor tem somente esta fonte de renda para administrar a propriedade, fazer novos investimentos e assim manter suas terras para gerações futuras.

4.3 ANÁLISE DO RESULTADO

O agronegócio, atualmente, é a principal atividade desenvolvida no Brasil, sendo responsável por 1/3 do PIB brasileiro, que são realizadas através de todos os processos no meio rural. A agricultura familiar é desenvolvida por pequenos proprietários rurais que tem a mão de obra exclusivamente familiar, e buscam através da agricultura e/ou pecuária a sustentabilidade familiar. Sendo assim, a agricultura familiar tem se mantendo no mercado, como qualquer empresa, e a apuração correta de seus custos de produção são fundamentais. Sendo assim, traz a tona o problema da pesquisa que era saber se a rentabilidade e lucratividade das culturas temporária é adequada às necessidades do proprietário.

Assim, demonstram-se os principais resultados alcançados na propriedade em custo/saco em todas as culturas: no trigo foi constatado R\$32,27, no milho R\$19,60 e na soja R\$ 25,97, foi colhido 57 saco/há no trigo, 154 saco/há no milho e na soja 59 sacos/ha já descontados os custos com impurezas e limpezas dos produtos, custos estes já incluídos no custo/saco., e chegou-se ao custo por hectare de R\$1.845,25 para o trigo, R\$3.018,28 para o milho e R\$1.526,59 para a soja. Destaca-se que o preço de venda por saco foi de R\$38,29 no trigo, R\$24,50 no milho e R\$63,09 na soja, destes valores apurou-se o lucro bruto/saco de R\$6,01; R\$4,90 e R\$37,12 para trigo, milho e soja.

Os hectares explorados no período do estudo para a cultura do trigo foi 23 hectares, do milho 5 hectares e da soja 28 hectares, desse modo chegou-se ao lucro total do exercício de R\$68.782,82, distribuídos em R\$6.750,61 no trigo com lucro/ha de R\$293,50; no milho R\$3.337,73 com lucro/ha de R\$667,55; e, finalizando a soja o lucro de R\$58.694,48 e lucro/ha de R\$2.096,23.

Em termos de lucratividade: no trigo constatou-se 13,72%, na aveia/milho 18,11%, na soja 57,86% e, a média geral foi de 40,69%. E a rentabilidade das culturas no milho foi de 2,08%, na aveia/milho 1,52% e na soja 26,78% a média geral da propriedade atingiu 31,38%. Destaca-se que, o que eleva tanto a lucratividade e a rentabilidade são os preços favoráveis da cultura soja.

O ponto de equilíbrio em reais foi de R\$ 64.909,98 e o fluxo de caixa apresentou uma sobra de R\$ 72.645,04, mostrando mais uma vez que o desenvolvimento das culturas no período de 2013 e 2014 nas culturas trigo, aveia/milho e soja mostraram-se lucrativas.

Portanto, se conclui que a atividade é lucrativa e rentável, porém, de risco alto, pois o clima é um fator incontornável, desse modo, o constante acompanhamento é fator indispensável para o sucesso de qualquer empreendimento.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Massilon J., **Fundamentos de Agronegócio**. 2ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

AGUIAR, Danilo Rolim Dias; PINHO, José Benedito; **Agronegócio Brasileiro: Desafios e Perspectivas**. Volume II. Brasília: Ed. SOBER, 1998.

AGRICULTURA. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em 15.11.2013.



BRASIL, Lei 11.326 de 24 de Julho de 2006; Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm> Acesso em: 23.03.2014.

BRASIL, Lei 6.746 de 10 de Dezembro de 1979; Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6746.htm> Acesso em 23.04.2014.

BRASIL, Lei nº 9250 de 26 de Dezembro de 1995; Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/leis/Ant2001/lei925095.htm>> Acesso em: 22.04.2014.

BRASIL, Lei 8.023 de 12 Abril de 1990; Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Leis/Ant2001/lei802390.htm>> Acesso em: 23.04.2014.

BRASIL, Decreto 3.000 de 26 de Março de 1999; Disponível em:

<<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/Ant2001/1999/Dec300099.htm>> Acesso em: 22.04.2014.

BRASIL, Lei 10.256 de 9 de julho de 2001; Disponível em:

<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2001/10256.htm>> Acesso em: 22.04.2014.

BRASIL, Lei 9.528 de 10 de Dezembro de 1997; Disponível em:

<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1997/9528.htm>> Acesso em: 22.04.2014.

CONAB, Companhia Nacional de Abastecimento. Disponível em:

<<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1455&t=2>> Acesso em: 30.03.2014.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade Rural: Uma Abordagem Decisorial**. 7ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

DUTRA, René Gomes; **Custos, Uma Abordagem Prática**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

FERNANDES, B. H. R.; BERTON, L. H.; **Administração Estratégica**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

GUTH, Sergio Cavagnoli; PINTO, Marcos Moreira. **Desmistificando a Produção de Textos Científicos com os Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Ed. Scortecci, 2007.

MARION, José Carlos; **Contabilidade Rural: Contabilidade Agrícola, Contabilidade da Pecuária, Imposto de Renda- Pessoa Jurídica**; 13ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2012.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Rural**. 8ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2007.



MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 10ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2010.

MANUAL DE ORIENTAÇÕES DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS NA ÁREA RURAL E DO SENAR. Disponível em: <http://www.senarms.org.br/servicos-arrecadacao-como-contribuir/manual_de_orientacao.pdf> Acesso em: 22.04.2014.

MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário. Agricultura Familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006_2/notas_tecnicas.pdf> Acesso em: 23.03.2014.

PADOVEZE, Clóvis Luís; BENEDICTO, Gideon Carvalho de; **Análise Das Demonstrações Financeiras**. 3ª Edição Revista e Ampliada. São Paulo: Ed. Cengage Learning, 2011.

PAIVA, Paulo Roberto. **Contabilidade Ambiental**. Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção. São Paulo: Ed. Atlas, 2003.

PERES JUNIOR, José Hernandes; OLIVEIRA, Luíz Martins de; COSTA, Rogério Guedes; **Gestão Estratégica de Custos**. 5ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2006.

SANTOS, Joel José. **Contabilidade e Análise de Custos**. 6ª edição. São Paulo: Ed. Atlas, 2011.

SOUZA FILHO, Hildo Meirelles; BATALHA, Mário Otávio. **Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. São Carlos. São Paulo: Ed. Edufscar, 2005.

STARK, José Antonio. **Contabilidade de Custos**. São Paulo: Pearson, 2007.